figura como sendo uma forma de expressão, mas também uma ferramenta que trabalha com a qualidade de criação do aluno, aproveitando estéticas, tendo uma afinidade direta com o prazer e com a probabilidade de satisfação pertinente à estética.

A arte se mostra conexa aos aprendizados específicos e às diferentes elocuções artísticas. A música, por exemplo, se apropria de subsídios sonoros, como podem ser citados o som e o silêncio; as artes visuais aproveitam dos subsídios visuais como podem ser citadas as cores, as linhas e as formas; já o teatro emprega o uso do corpo e da interpretação e da representação; e a dança, utiliza em sua linguagem o uso do corpo em movimento.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. M. Arte-educação no Brasil. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, Debates, 2002.

BARBOSA, A.M. A imagem no ensino da arte: anos oitenta e novos tempos. São Paulo: Perspectiva, 1991.

BILBÃO, P. Qual a Função da Arte. Paço Imperial, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 5692/71, de 11 de agosto de 1971.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte (1ª a 8ª séries)/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Editora do Brasil. 1996.

COLL, C.; TEBEROSKY, A. Aprendendo Arte. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2002. COLI, Jorge. O que é Arte. São Paulo: Brasiliense, 1998.

FERREIRA, S. Imaginação e Linguagem no Desenho da Criança. 2ª ed.

Campinas-SP: Papirus, 2008.

PAREYSON, L. Os problemas da estética. Trad. Maria Helena Nery Garcez, 2 ed. são Paulo: Martins Fontes, 1989.

STRAVINSKY, C. Arte Comentada. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

A IMPORTÂNCIA DE CRIANÇAS COM TEA FREQUENTAREM AS ESCOLAS DESDE A EDUCAÇÃO INFANTIL

LISANDRA MONTEIRO DO NASCIMENTO

RESUMO

Esse artigo busca refletir à respeito da Inclusão da criança autista em sala de aula. A Educação Inclusiva tem sido caracterizada como um "novo paradigma", que se constitui pelo apreço à diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige ruptura com o instituído na sociedade e, consequentemente, nos sistemas de ensino. A ideia de ruptura é rotineiramente empregada em contraposição à ideia de continuidade e tida como expressão do novo, podendo causar deslumbramento a ponto de não ser questionada e repetir-se como modelo que nada transforma. Todas as pessoas são diferentes e por lei, a educação inclusiva é um direito de todos os alunos. A tendência educacional atual é caminhar para uma educação inclusiva, na qual todas as crianças aprendem, mas continuam a ser observados múltiplos casos de exclusão social e bullying. Portanto, é preciso intervir, pois continuam existindo atitudes negativas em relação às pessoas com deficiência que dificultam ou impedem a inclusão plena no campo educacional, além de observar que ainda há uma tendência de matricular crianças com diversidade funcional em centros educacionais específicos.

Palavras-chave: Inclusão; Criança Autista; Sala de Aula

INTRODUÇÃO

Muitas vezes permanece a dúvida nas escolas se os alunos que estão matriculados nas salas de aula são iguais ou diferentes entre si; e mais especificamente se todos devem ou devem aprender da mesma forma e, portanto, utilizar uma única metodologia de ensino-aprendizagem em sala de aula, igual para todos.

Se analisássemos cuidadosamente qualquer sala de aula na educação infantil, à primeira vista observaríamos que fisicamente já existem grandes diferenças entre os alunos ali presentes. Existem traços físicos díspares que nos permitem diferenciar entre nós e ter nossas próprias características como seres humanos que nos tornam diferentes. Então, depois dessa primeira triagem visual em sala de aula, nos perguntamos: todos os nossos alunos são iguais? Não, os alu-

nos são diferentes uns dos outros, e é aí que surge o conceito de 'diversidade'. Diversidade significa um conjunto de coisas diversas. Diversidade refere-se ao fato de que algo é diferente, que não se parece.

O transtorno do Espectro Autista (TEA) é classificado também como um tipo de TGD-Transtornos Globais do Desenvolvimento.

Os Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) representam uma categoria na qual estão agrupados transtornos que têm em comum as funções do desenvolvimento afetadas. Entretanto, este conceito é recente e se pode ser proposto devido aos avanços metodológicos dos estudos e á superação dos primeiros modelos explicativos sobre o autismo. (BELISARIO E CUNHA, 2010, p. 08).

O problema é que, se temos alunos diferentes em nossas salas de aula desde a educação infantil, com características intrínsecas e extrínsecas próprias e, portanto, com diferentes potenciais e necessidades de aprendizagem, como é possível continuarmos como professores usando os mesmos métodos de ensino-aprendizagem para todos?

A escola tem que evoluir ao mesmo tempo que a sociedade. Estamos em um momento em que a sociedade em geral avança em um ritmo vertiginoso, e a educação, por outro lado, às vezes parece estagnar nesse processo evolutivo. Não é lógico que tudo avance e os métodos de ensino-aprendizagem permaneçam ancorados em metodologias do passado.

Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao gozo e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, tal se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar uma equalização genuína de oportunidades. A experiência em muitos países demonstra que a integração de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais é mais eficazmente alcançada em escolas inclusivas que servem a todas as crianças de uma comunidade (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 61)

A inclusão não se pratica apenas no contexto escolar, "não é possível conceber uma escola inclusiva num " mar social" de exclusão" (Rodrigues, 2003, p. 9).

De acordo com Alarcão (2003, p.88):

As escolas, os professores, os políticos e os pais comecem a interrogar-se sobre este paradigma organizacional de incrível uniformidade e o paradigma de educação e aprendizagem que lhe está subjacente (...) se adequa à nova realidade caracterizada por: uma população escolar altamente heterogénea e massificada; acessibilidade da informação; exigência do conhecimento como bem social; requisitos da sociedade global relativamente aos saberes qualificados; necessidade de se explorarem as capacidades de trabalho individual e cooperativo para se transformar em conhecimento o saber que brota da assimilação das informações.

Portanto, percebe-se que a inclusão de alunos com Transtorno de Espectro Autista está presente cada dia mais no cotidiano da educação infantil. Dessa forma, a família e a escola devem caminhar lado a lado, para que o aluno com autismo possa ter um acompanhamento adequado que contribuirá para o seu desenvolvimento integral e significativo.

Na medida em que uma criança é diagnosticada como autista, quanto antes fizer um tratamento adequado, mais serão as possibilidades de desenvolvimento para o convívio em grupo, pois "as principais características do autismo são as dificuldades no estabelecimento de relações sociais, na comunicação verbal e não verbal, no desenvolvimento do jogo simbólico e da imaginação e na resistência às mudanças de rotina" (APPDA, 2000, p. 15).

Um muro demasiado alto e muito difícil de transpor. Um muro de palavras e silêncios, de gestos e expressões, de sons e de cheiros, de imagens e de toques, de intenções e de códigos. Um muro que dá para um mundo que eles não compreendem, mas no qual estão inseridos e do qual fogem, sempre que possível, para o deles, o interior. Eles são as crianças com autismo. Cada um vive o seu mundo. Nós fazemos os possíveis para entrar no seu mundo, descobrir o que faz deles diferentes, saber porque nascem assim, qual a melhor forma de lidar com eles o que muda ao longo dos anos, enfim, entender como devemos deixá-los viver e crescer felizes (PIRES, 2003, apud FORTUNATO, 2006)

Os autistas não se sentem bem ao conviver em grupo e por isso é fundamental que ocorra um acompanhamento precoce para um tratamento adequado que auxilie no processo do convívio social.

É por meio da linguagem que o indivíduo realiza sua interação social e cultural, avançando em seu desenvolvimento social e definindo sua própria identidade. Todavia, é na linguagem e, portanto, na comunicação, que se concentra uma das dificuldades para as pessoas com autismo, uma vez que poucos desenvolvem habilidades para a conversação, embora muitas desenvolvam habilidades verbais e grande parte consiga desenvolver somente habilidades não verbais de comunicação. (ORRU, 2012, p.185).

Para um diagnóstico clínico preciso do Autismo, a criança deve ser extremamente examinada, tanto fisicamente quanto psico-neurologicamente. A avaliação deve incluir entrevistas com a família, observação e exame psico- mental e, algumas vezes, de exames complementares para doenças genéticas e ou hereditárias.

De acordo com Mantoan (1997, p. 13):

É através da escola que a sociedade adquire, fundamenta e modifica com participação, colaboração e adaptação. Embora outras instituições como família ou igreja tem função muito importante, é da escola a maior parcela.

Portanto, deve sempre existir uma parceria entre escola e família, em prol da criança com autismo, contribuindo para o desenvolvimento integral e significativo da criança autista.

DESAFIOS EM SALA DE AULA

O comportamento de algumas crianças e jovens autistas pode ser um desafio na escola. Esse comportamento geralmente ocorre devido a uma ansiedade subjacente, frustração ou sensibilidade sensorial . Nem sempre é claro o que a desencadeou, dificultando o controle da situação e a identificação de estratégias úteis.

De muitas maneiras, a inclusão é um esforço nobre. Os proponentes da inclusão enfatizam corretamente a importância de todas as crianças, seu valor como membros da comunidade humana e seu direito de pertencer e ser incluídos, independentemente de quais sejam suas diferenças e habilidades individuais. Os apoiadores da inclusão acreditam que os valores ensinados aos alunos em uma sala de aula inclusiva são de vital importância na educação de todos os alunos. Eles insistem que a aceitação e a compreensão uns dos outros como indivíduos diversos com habilidades diferentes é um dos principais objetivos da educação.

Segundo a Lei 13.146/ 2015:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, Art.27)

Ao mesmo tempo, os pais desejam que seus filhos com deficiência tenham amizade com colegas de classe e participem de todas as atividades sociais normais da infância: brincando juntos, conversando e brincando, sonhando com o futuro e desenvolvendo relacionamentos duradouros.

A natureza ferozmente emocional desses argumentos dificulta a crítica da prática da inclusão. Aqueles que fazem a tentativa geralmente encontram suas crenças fundamentais sobre tolerância e diversidade sob fogo. Mas aqueles que têm dúvidas sobre a inclusão geralmente não questionam os valores por trás dela, apenas se a prática é eficaz. A educação especial surgiu por uma razão, afirmam eles. Algumas crianças não podem aprender pelos métodos tradicionais de ensino ou por meio de um currículo padrão. Eles precisam de instrução individualizada, projetada para seus estilos de aprendizagem específicos. Professores certificados de educação especial recebem treinamento profissional em métodos projetados para atender a essas necessidades exclusivas. Como a sala de aula regular é voltada para a norma, eles argumentam, não é o local apropriado para crianças com necessidades especiais de aprendizado.

De fato, a sala de aula regular está se tornando ainda mais padronizada, à medida que as escolas se ajustam para cumprir os mandatos de teste e prestação de contas da lei federal. Nenhuma criança deixada para trás. No entanto, o movimento de inclusão colocou crianças com habilidades e necessidades variadas na mesma sala de aula. Isso leva muitos professores e educadores a perguntarem como um currículo padronizado pode ser adaptado para atender às necessidades de todas as crianças - sem prejudicar as notas importantes nos testes de sua escola. Eles também se perguntam se as necessidades educacionais de muitos estudantes estão se afastando dos objetivos sociais mais amplos da inclusão. A inclusão deve promover a socialização e aceitação.

O primeiro passo para implementar adequadamente a inclusão é melhorar o treinamento dos professores. Os programas de treinamento de professores para professores regulares e de educação especial frequentemente coexistem nas faculdades de educação, mas raramente são aulas ministradas em conjunto por professores regulares e de educação especial. Esses programas devem começar a cruzar fronteiras e integrar a instrução, assim como as escolas públicas estão sendo solicitadas. As turmas precisam se concentrar em uma variedade de estratégias de ensino projetadas para abordar o alcance e as habilidades dos alunos com quem esses futuros professores trabalharão. Em outras palavras, o ambiente da universidade deve refletir as salas de aula que os professores eventualmente liderarão.

Crianças e jovens no espectro do autismo geralmente precisam de rotina para ajudá-los a entender o mundo ao seu redor. Isso significa que eles podem encontrar horários não estruturados , como almoço e intervalo, particularmente difíceis.

Eles precisam de mais tempo para processar informações e também podem achar um desafio social e de comunicação . Muitos querem fazer amigos, mas acham difícil, pois não possuem as habilidades sociais esperadas . Eles são frequentemente intimidados, pois seus colegas podem não ter consciência e aceitação do autismo.

O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Os alunos com TEA têm dificuldade em entender e respeitar as regras que regem as relações com os outros e as normas sociais. Muitos alunos com TEA não conseguem se integrar durante as brincadeiras ou recreações com seus pares porque seus métodos de relacionamento não são governados por comportamentos sociais apropriados e/ou ajustados. Suas formas de contato social geralmente não são adaptadas, por isso é muito comum que falhem no relacionamento com seus pares, causando períodos de isolamento. Quando pequenos, na educação infantil, serão as outras crianças que não entenderão seu comportamento, e essa falta de comunicação verbal e não verbal acabará causando o isolamento das crianças com TEA durante as atividades de recreação ou jogos compartilhados durante a permanência na escola.

Para haver inclusão é necessário que haja aprendizagem, e isso traz a necessidade de rever os nossos conceitos sobre currículo. Este não pode se resumir às experiências acadêmicas, mas se ampliar para todas as experiências que favoreçam o desenvolvimento dos alunos normais ou especiais. Sendo assim, as atividades de vida diária podem se constituir em currículo e em alguns casos, talvez sejam "os conteúdos" que serão ensinados (ROPOLI, 2010, p.90).

Conforme as pessoas com TEA vão se tornando jovens e adultas, elas podem ter dificuldades em desenvolver e manter amizades. Eles podem chamar a atenção dos profissionais de saúde porque também têm condições como ansiedade, depressão ou transtorno de déficit de atenção/hiperatividade, que ocorrem mais frequentemente em pessoas com TEA do que em pessoas sem TEA.

É possível que simplesmente existiram várias crianças com autismo e não eram diagnosticadas agora com o maior número de profissionais lidando com a saúde infantil e com melhores informações á respeito, propiciou-se maior possibilidade de diagnósticos. (ASSENCIO- FERREIRA, 2005, p.102).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), de etiologia multifatorial afeta precoce e cronicamente o desenvolvimento nas áreas sociocomunicativa e comportamental, causando prejuízos ao funcionamento geral dos indivíduos acometidos apontam variabilidade no grau de impacto em áreas como comunicação, aprendizagem, adaptação às atividades de vida diária e socialização.

O aumento significativo do número de casos tem sido discutido na literatura a partir de: maior exposição aos fatores causais, ampliação dos critérios diagnósticos e profissionais mais capacitados para identificação de sintomas, rastreamento e diagnóstico. Mesmo diante de respostas inconclusivas a essa questão, destaca-se a relevância social do tema, haja vista o aumento do número de pessoas que lutam por seus direitos, buscando serviços especializados e escolas regulares.

Entende-se que as dificuldades impostas pelo TEA não necessariamente constituem limitações que impeçam totalmente as interações. Embora não seja possível estabelecer correlações entre comportamentos e contextos, é importante analisar as interações sociais nesses cenários, verificando a participação de crianças com TEA e seu grupo, considerando o contexto, o tipo da atividade, a mediação dos professores e as influências mútuas do conceito de bidirecionalidade.

Por exemplo, em alguns casos as crianças com TEA apresentaram maior funcionalidade em seu comportamento e menor interação; em outros, apresentaram comportamentos de resposta mais adequados e menos iniciativa; ou maior prejuízo na compreensão verbal ou uso funcional da linguagem e menor prejuízo na socialização ou comportamentos acadêmicos. Por fim, para cada uma dessas peculiaridades, destaca-se o papel da mediação adequada para potencializar as interações sociais.

Ressalta-se que outros estudos podem considerar os comportamentos verbais das crianças, e também que sejam utilizados instrumentos adicionais que envolvam avaliação das características da criança com TEA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A "inclusão" é muito mais realista para muitos no ensino fundamental e se torna cada vez mais irrealista para muitos de nossos alunos mais desafiados socialmente no ensino médio e no ensino médio, não apenas devido às complexidades sociais dessa faixa etária, mas também por causa da socialização. abstrações ensinadas por meio do currículo.

Diante dos aspectos abordados, ressalta-se a importância da interação social para a aquisição de habilidades relacionadas ao desenvolvimento infantil.

A inclusão diz respeito à qualidade da experiência de uma criança. Como uma criança desenvolve suas habilidades, participa da vida da escola e aprende e brinca com crianças de várias origens. Muitas crianças no espectro do autismo podem ser apoiadas para desempenhar um papel completo nas escolas regulares. No entanto, algumas crianças poderão ter uma experiência mais inclusiva em um ambiente especializado.

Para que a inclusão de crianças autistas na educação infantil ocorra, a provisão educacional deve ser adaptada de acordo com as necessidades individuais do aluno. As necessidades da criança devem ser o ponto

de partida para identificar que tipo de escola elas devem frequentar e o apoio de que precisam nesse ambiente.

Qualquer que seja o cenário, a provisão educacional para crianças autistas precisa ter recursos adequados. Todas as escolas regulares devem ensinar as crianças sobre o espectro do autismo e ter o entendimento, os recursos, o treinamento e o apoio especializado para atender às suas necessidades, onde as necessidades de treinamento e recursos não são atendidas, o princípio da inclusão é comprometido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, I. (2003). Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão. Porto: Porto Editora.

APPDA (1993). Autismo: Integrar. Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional e Secretariado Nacional de Reabilitação, 2, pp.14 – 15.

ASSENCIO-FERREIRA, v.j. O que todo professor precisa saber sobre neurologia. São José dos Campos: pulso, 2005.

BELISÁRIO, J. F. Filho; CUNHA, Patrícia. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar. Transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

BRASIL. Lei Federal nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF: 28 dez. 2012.

BRASIL. Política para Educação Especial. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 1 out.2022.

DECLARAÇÃO DA SALAMANCA: Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acesso em 01 out.2022.

MANTOAN, Maria T. O Atendimento Educacional Especializado na educação inclusiva. Inclusão, Revista da Educação Especial. Brasília, 2010. Vol. 5, nº. 1, p. 12-15.

_____. A Integração de Pessoas com Deficiências. São Paulo: Memnon, 1997.

ORRÚ, silva Ester. "Trajetórias, avanços e desafios na concepção e educação de educando com autismo". In: ORRÚ, Silva (ORG). Estudantes com necessidades especiais: Singulares e desafios na prática pedagógica inclusiva. Rio de janeiro: Wak Editora, 2012.

ROPOLI, Edilene Aparecida. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva / Edilene Aparecida Ropoliet.al. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.